

MaRlas USP - Grupo de Pesquisa Gênero e Relações Internacionais da
Universidade de São Paulo (USP)

VOLUME II

ENSAIOS

Acadêmicos

DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



2025

MARIAS USP. **Ensaio Acadêmicos II**: Discussões sobre Gênero e Relações Internacionais. São Paulo: MaRIas USP, 2025. E-book. 41p.
ISBN:978-65-01-50656-2.



COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Livia Ayres Cardoso

Ana Luiza Rocha Gomide

COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL:

Nathalia Silva Margarido

Thamires Cristina Vasques Durante

APOIO E REVISÃO:

Ana Gabriela de Castro Cordeiro

Cecília Nham Bega

Darcília do Prado Barbosa e Silva

REALIZAÇÃO:

MaRIas - USP, São Paulo, 2025



SUMÁRIO

Prefácio.....	5
<i>Ana Luiza Gomide e Ana Livia Ayres Cardoso</i>	
Gênero e cuidado nas cidades latinoamericanas: primeiras reflexões.....	7
<i>Kelly Komatsu Agopyan</i>	
Amefricanizando as RI: Comentários sobre gênero, raça e classe em Lélia Gonzalez....	11
<i>Danielle Gonçalves Passos do Nascimento</i>	
A primeira turma com participação feminina na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).....	18
<i>Karen Ludmilla Barreto de Avila</i>	
Análise do papel da mulher soviética na década de 1960 a partir da Política dos Afetos... 24	
<i>Ana Livia Ayres Cardoso e Rillari Ferreira Castro e Silva</i>	
Homofobia e Colonialismo: Uma análise pós-colonial das Relações Internacionais e seus efeitos sobre as diversidades sexuais na África e Ásia.....	30
<i>Geovana Vieira de Queiroz</i>	
Repensando Políticas Externas Feministas a partir do Sul Global.....	37
<i>Ana Gabriela de Castro Cordeiro</i>	

Prefácio

A presente coletânea de ensaios é fruto dos encontros de estudo e formação promovidos pelas MaRIas, grupo de pesquisa Gênero e Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (MaRIas-USP). Os ensaios apresentados refletem temas de pesquisa, interesse e curiosidade de membras e convidadas engajadas em expandir o universo da pesquisa e estudo em gênero no Brasil.

Iniciado em 2017, na turma de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), o MaRIas tinha como principal objetivo a abertura de espaços para discussão e desenvolvimento da temática de gênero e Relações Internacionais. Desde sua criação, os grupos de estudo estão presentes. Contudo, esses grupos antes eram presenciais, em uma sala do IRI-USP, e contavam apenas com a presença de alunas do próprio instituto, mas, a partir de 2020, devido à pandemia, os encontros migraram para a modalidade on-line e, com isso, as fronteiras do grupo se expandiram. A partir de então, contamos com a presença de pessoas de diversas regiões do Brasil que contribuem e enriquecem as discussões dos encontros. Ampliaram-se as localidades, porém, a prevalência do público feminino permanece.

Quando os grupos de estudos das MaRIas surgiram, as bibliografias utilizadas eram de autoras do Norte Global, pois eram as que as integrantes mais possuíam contato. Felizmente, com o passar dos anos, esse cenário se alterou e, atualmente, o grupo estuda, majoritariamente, autoras do Sul Global. Portanto, devido à localidade do grupo, à formação das participantes e aos seus ideais, os ensaios aqui presentes contam com uma perspectiva do Sul Global sobre os temas abordados.

Outra alteração da qual nos orgulhamos é justamente esse registro escrito dos grupos de estudo. Até o ano de 2022, os grupos não resultavam em publicações que pudessem ser consultadas a qualquer momento e por qualquer pessoa. As discussões se encerravam ali no encontro. Contudo, em 2023, com a ampliação do grupo e das temáticas abordadas, motivadas por essa vontade de difundir ainda mais os debates dos encontros, iniciamos o projeto dos grupos de ensaios acadêmicos, resultando em uma primeira coletânea dos temas debatidos ao longo do ano de 2023 e publicada em 2024.

Em 2024, com a atuação do grupo já ampliada, contando com colaboradoras de diversas áreas do conhecimento, as MaRIas deram continuidade aos ensaios, com o objetivo de publicar a segunda coletânea referente aos temas trabalhados ao longo do ano de 2024.

Assim sendo, os ensaios presentes nessa coletânea possuem como eixo temático comum o gênero, percorrendo áreas como as Relações Internacionais, Política Externa, Segurança, Teoria e Ciência Política e Ciências Militares. Essa edição conta com seis ensaios que perpassam por temas específicos como cidades e cuidado, intersecção entre gênero, raça e classe, participação feminina em instituições militares, a figura da mulher na sociedade soviética, relações entre sexualidade e colonialismo e política externa feminista.

Agradecemos às MaRIas participantes dos encontros, assim como a cada pessoa externa que demonstrou interesse por cada um dos temas e contribuiu para nossas discussões, formação e democratização dos debates sobre gênero. São nas trocas de experiências e de conhecimentos que fortalecemos nosso compromisso com uma produção acadêmica mais plural, crítica e comprometida com transformações sociais. Portanto, cada presença, cada fala e cada escuta nos nossos encontros foram cruciais para a construção de ambientes mais acolhedores, politizados e acessíveis sobre as questões de gênero nas Relações Internacionais e para além delas.

Acreditamos na criação de espaços mais afetuosos na academia e fora dela, portanto, esperamos que nossa iniciativa dos encontros abertos a diferentes vozes atue como inspiração para a construção de saberes coletivos. Assim como esperamos que os ensaios sejam fonte de consulta e proponham novas investigações na área.

Ana Luiza Gomide (Coordenadora Acadêmica)
Ana Livia Ayres Cardoso (Co-coordenadora Acadêmica)

Gênero e cuidado nas cidades latinoamericanas: primeiras reflexões

Kelly Komatsu Agopyan¹

Dentre as desigualdades que a pandemia de COVID-19 evidenciou, a feminização das atividades de cuidado, sobretudo na América Latina, foi ainda mais realçada. Segundo dados sistematizados pelo Observatório de Igualdade de Gênero da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (2021), as mulheres latino-americanas, em praticamente todos os países analisados da região, dedicam o dobro ou mais de horas ao trabalho não remunerado, em comparação aos homens. Países como Guatemala e Equador se destacavam com as maiores discrepâncias do trabalho não remunerado realizado por homens e mulheres.

Esse contexto pode ser explicado pela divisão sexual do trabalho que relega o trabalho reprodutivo doméstico às mulheres, atividades que são, muitas vezes, não remuneradas e pouco valorizadas socialmente. No entanto, diante de uma conjuntura global de envelhecimento populacional, crises climáticas constantes e epidemias, combinadas com a ausência de políticas públicas de cuidado, principalmente no âmbito local, reforça-se a necessidade de aprofundar o debate sobre a estruturação de respostas coletivas e mais justas às necessidades de cuidado.

Assim, esse primeiro grupo de estudos de 2024 buscou refletir sobre o tema dos cuidados, a partir de uma perspectiva de gênero, trazendo aspectos conceituais, mas também exemplos práticos, principalmente no âmbito das cidades, de como os cuidados são essenciais para a manutenção da vida, ainda que sejam invisibilizados tanto na agenda pública como no planejamento urbano, prejudicando a garantia de direitos das pessoas que cuidam — principalmente meninas e mulheres — e das que necessitam de cuidados - como, por exemplo, pessoas idosas, crianças e pessoas com deficiência.

Inicialmente, cabe compreender o significado de “cuidado”. Um conceito sem consenso na literatura, pode englobar tanto o cuidado direto a outras pessoas – e aqui, podendo ser ampliado ao cuidado ao meio ambiente e animais –, como todas as atividades essenciais para a garantia da qualidade de vida e bem-estar, incluindo-se aqui a realização das atividades domésticas cotidianas. Segundo Batthyany (2015):

O cuidado é a ação de ajudar uma criança ou uma pessoa dependente no desenvolvimento e no bem-estar de sua vida diária. Portanto, engloba o cuidado material, que implica “trabalho”, o cuidado econômico, que implica “custo financeiro”, e o cuidado psicológico, que implica um “vínculo afetivo, emocional e sentimental.” (2015, p. 10, tradução livre).

¹ Pós-doutoranda no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Doutora pelo Instituto de Relações Internacionais da USP.

Dialogando com essa definição, Nadya Guimarães e Priscila Vieira (2020) definem três grandes “circuitos de cuidado”, que seriam os arranjos sociais, produtos de um trabalho relacional do cuidado: o primeiro seria o cuidado como “profissão”, ou seja, aquele que é remunerado, mas que muitas vezes é precarizado; o segundo seria o cuidado como “obrigação”, ou seja, aquele que é naturalizado, não remunerado, que ocorre normalmente nas relações familiares; finalmente, o terceiro circuito seria do cuidado como “ajuda”, fazendo referência às redes de solidariedade comunitárias que se formam em decorrência da ausência do Estado na provisão de cuidado. Em linhas gerais, o cuidado é uma atividade essencialmente feminina, sem reconhecimento social, normalmente não remunerada — ou mal remunerada — e que implica a conformação de uma rede de relações.

Mas o que a desigualdade de gênero, reforçada pela divisão desigual da responsabilidade pelo cuidado, tem a ver com a vida nas cidades? Tudo! Segundo Joice Berth, “a configuração das cidades está permeada por símbolos que [...] reafirmam a continuidade das supremacias e hierarquias sociais” (2023, p. 13). Ou seja, as desigualdades de gênero se reproduzem também no espaço urbano. Leslie Kern (2021) afirma que as cidades são produzidas para o “cidadão urbano típico”, ou seja, para o homem, branco, cis, heterossexual, sem deficiência. Assim, o formato da malha de mobilidade urbana, os serviços públicos disponíveis e a organização do espaço urbano de uma maneira geral estão pautados pelas relações de gênero, beneficiando primordialmente as necessidades do “cidadão urbano típico”.

Sobre isso, é possível destacar a análise realizada pelo Instituto Pólis (2024), com dados da pesquisa Origem-Destino do Metrô (2017), que mostrou que das viagens relacionadas ao cuidado na cidade de São Paulo (com intuito de servir algum outro passageiro), 62% eram realizadas por mulheres, e dessas viagens, 53% eram feitas a pé: “[...] mulheres caminham mais para poder desempenhar essas atividades [de cuidado], e muitas vezes, a mobilidade ativa não é uma escolha, e sim uma imposição pela ausência de oferta de transporte público para trajetos intra-bairro” (Instituto Pólis, 2024, p. 31).

No entanto, se as cidades são o lócus da reprodução das desigualdades de gênero e da compulsoriedade do trabalho de cuidado às mulheres, elas também podem ser os espaços com potencial de redistribuir os cuidados:

Uma cidade feminista deve ser centrada no cuidado, não porque as mulheres devam continuar sendo as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado, mas porque **a cidade tem o potencial de espalhar o trabalho de cuidado de maneira mais uniforme** (Kern, 2021, p. 80, grifo nosso).

As cidades também têm sido espaços de promoção de políticas públicas para co-responsabilização do cuidado com o poder público. Nesse sentido, a América Latina tem sido uma referência internacional no desenvolvimento de sistemas de cuidados, sendo o caso de Bogotá o mais emblemático. A ex-prefeita de Bogotá, Claudia López, havia se comprometido com os movimentos de mulheres da cidade a implementar um sistema de cuidados caso fosse eleita. A proposta se consolidou em 2020, com a criação do sistema a partir do decreto n. 237, que é operacionalizado pelos “quarteirões de cuidado” (do espanhol, *manzanas*). A proposta é integrar a infraestrutura e os serviços de cuidados existentes em um mesmo quarteirão, de forma a aproximar as necessidades do cuidado de quem precisa, ao mesmo tempo que também oferta serviços relevantes para as pessoas cuidadoras. Por exemplo, em uma mesma *manzana* é possível encontrar oferta de aulas de dança para adultos, lavanderias comunitárias, atividades de recreação para crianças, oficinas e centros-dia para idosos, entre outros serviços. Atualmente, a cidade já conta com 25 *manzanas* pela cidade (Bogotá, 2024), propondo que a população possa acessar os serviços de cuidado a partir de uma caminhada de até 30 minutos de suas casas. Para os territórios mais periféricos e/ou rurais, a experiência também conta com “Ônibus do cuidado”, que seriam *manzanas* móveis para levar os serviços de cuidado mesmo a regiões mais distantes do centro.

Esse caso de Bogotá demonstra a importância de iniciativas locais de cuidado, e como é necessário o engajamento direto do poder público para distribuir de forma mais justa a responsabilidade de cuidado na sociedade. Além da própria oferta de serviços e infraestrutura de cuidado, são necessárias mudanças no que Falú e Colombo (2022) chamam de “cidade simbólica”, ou seja, na cultura e nos valores sociais. Enquanto os cuidados ainda forem associados a uma obrigação natural e não remunerada das mulheres, a desigualdade de gênero e a violação do direito à cidade das mulheres perdurarão.

Referências

BATTHYÁNY, Karina. **Las políticas y el cuidado en América Latina: Una mirada a las experiencias regionales**. CEPAL, Serie Asuntos de Género n. 124, 2015.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Ed. Paz e Terra, 2023.

BOGOTÁ. **Manzanas del cuidado [online]**. Disponível em: <https://manzanasdelcuidado.gov.co/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CEPAL. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe [online]**. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FALÚ, Ana; COLOMBO, Eva Lía. Infraestructuras del cuidado: un instrumento de redistribución social en los territorios. **Revista Vivienda y Ciudad**, v.9, 2022.

GUIMARÃES, Nadya A.; VIEIRA, Priscila P. F. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, v.35, n. 98, 2020.

INSTITUTO PÓLIS. **Sampa em foco**: raio-x da cidade de São Paulo a partir dos indicadores do direito à cidade, 2024. Disponível em:
https://polis.org.br/wp-content/uploads/2024/11/241105_sampa-em-foco-digital.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2025.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista**: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Oficina Raquel, 2021.

Amefricanizando as RI: Comentários sobre gênero, raça e classe em Lélia Gonzalez

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento²

As discussões e as categorias de gênero, raça e classe, debatidas no bojo acadêmico e dos movimentos sociais, fazem parte das dimensões e dos cruzamentos das Relações Internacionais (RI). Uma gama significativa de autores nos fornece noções e direcionamentos acerca das inter-relações e das análises individuais das percepções acerca do gênero, da raça e da classe. Guardadas as devidas proporções — em termos de nomenclatura — e em relação à magnitude e projeção de seus escritos, temos uma das maiores figuras do Movimento Negro e do movimento feminista no Brasil e na América Latina, antropóloga, ativista, intelectual e ancestral, Lélia Gonzalez, fornecendo suportes para pensar tais eixos e as bases incipientes para abordar as intersecções de raça (racismo), sexo/gênero (sexismo) e classe (capitalismo).

Este ensaio é resultado de dois momentos significativos na minha trajetória acadêmica: por um lado, reflete a argumentação e a construção da minha dissertação de mestrado, e por outro, é fruto das discussões constantes e enriquecedoras do Grupo de Estudos, com o mesmo título deste ensaio, das MaRIas USP, que permitiram a organização e o compartilhamento de outros ensaios que agora as leitoras e os leitores terão acesso. Minha aproximação mais direta com os escritos de Lélia Gonzalez, iniciada em 2019, foi um marco fundamental para a consolidação desta pesquisa, culminando nesta maturidade teórica que, embora ainda em construção, tem proporcionado importantes reflexões. Reconheço que há muito mais a aprender, mas acredito que algumas divagações, ainda que breves, são essenciais para impulsionar novos olhares e aprofundar o entendimento dos temas abordados.

Em resumo, de acordo com Flávio Rios e Márcia Lima (2020, p. 20), a amefricanidade, enquanto conceito político-cultural, transcende fronteiras geográficas, linguísticas e ideológicas, oferecendo uma visão mais abrangente da América e desafiando a ideia de que o termo se refere exclusivamente aos Estados Unidos. Em conformidade com a concepção de Lélia Gonzalez, esse conceito envolve um processo histórico dinâmico que o aproxima de outras categorias político-culturais e de movimentos políticos globais. A dinâmica que caracteriza a amefricanidade — que inclui adaptação, resistência, reinterpretação e a criação de novas formas — reflete a própria essência do seu pensamento.

² Doutoranda e Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS-UNESP na linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento. Coordenadora Geral do grupo MaRIas USP.

Sinteticamente, Lélia Gonzalez foi uma professora, antropóloga, filósofa e militante do movimento feminista e negro, além de ter sido uma das pioneiras nos debates sobre gênero e raça no Brasil, desenvolveu uma concepção afro-latino-americana da teoria e do movimento feminista. Nesse bojo, **quando em 1988 elabora o conceito de amefricanidade, passa a dar um direcionamento crítico para a formação política-cultural dos países que integram a América Latina.** A vida e as palavras escritas e ditas inspiraram e inspiram muitas pessoas, principalmente porque os acontecimentos da vida de Lélia Gonzalez reverberaram na formação de seu pensamento (Nascimento, 2024, p. 21, grifo nosso).

Com base em fundamentos conceituais sólidos, a amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez (2020a), que aparece principalmente no texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, possui o potencial de oferecer uma contribuição significativa para o avanço das teorias nas Relações Internacionais. Nossa área de estudo pode se fundamentar nas experiências de homens e mulheres negras na diáspora africana na América Latina, assim como nas vivências de povos indígenas que resistiram ao colonialismo, estabelecendo conexões com o cenário internacional (Nascimento, 2024).

Tais conexões são cada vez mais possíveis dentro das Relações Internacionais, e o maior interesse por temas como gênero, raça e classe, em decorrência das mudanças significativas do campo, que tradicionalmente se concentrou em temas voltados para política, poder, segurança e diplomacia, por exemplo (Nascimento, 2021). Izadora Monte (2013) também nos reafirma que as reflexões trazidas pelos/pelas pós-positivistas, juntamente com as mudanças ontológicas e epistemológicas, desempenharam um papel crucial na abertura de novos espaços dentro das Relações Internacionais. Nesse contexto, é possível observar uma incorporação, embora ainda limitada, de abordagens e teorias mais marginalizadas, como as pós-modernas, a teoria crítica, o marxismo, as perspectivas pós-coloniais e as feministas — que geralmente, mas não somente, comportam as discussões de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, Mireile Martins (2023) buscou reconhecer e analisar de forma sistemática as categorias de raça, classe e gênero presentes nas produções de Lélia Gonzalez entre os anos de 1979 e 1988. Lélia tinha uma percepção crítica sobre a produção existente a respeito das relações raciais na segunda metade do século XX, posicionando-se no campo da discussão de maneira única. Ela explicitava e formulava seus próprios conceitos sobre os marcadores de raça e classe, ao mesmo tempo em que os conectava ao conceito de gênero, criando assim uma base sólida para o desenvolvimento de seu pensamento teórico. Assim como nós, Martins (2023) mapeia alguns textos e momentos em que Gonzalez conectou esses três pontos centrais.

Como esforço coletivo, por meio dos comentários realizados durante o Grupo de Estudos e da exposição apresentada por mim, foi possível mapear os principais textos em que Lélia Gonzalez abordou as categorias de gênero, raça e classe. Esse processo envolveu a problematização de questões de nomenclatura, o contexto em que ela estava escrevendo e suas conexões com outros autores e autoras da época. A partir dessa análise, conseguimos estabelecer um fluxo lógico sobre como Lélia tratava essas questões, identificando seus principais argumentos e os temas mais relevantes que envolviam esses três eixos.

Ainda segundo Nascimento (2024), ao abordar as categorias de gênero (sexo), raça e classe, essenciais para compreender as características e a cronologia da obra de Lélia Gonzalez, é de suma relevância considerar tanto as referências quanto os interlocutores/as que marcaram seu pensamento. Além disso, é importante analisar como essas categorias influenciam os debates contemporâneos sobre interseccionalidade, decolonialidade e marxismo. Dessa forma, buscamos traduzir suas contribuições no campo das Relações Internacionais, levando em conta as dimensões de raça, classe e gênero, e suas implicações analíticas. A leitura de Gonzalez, portanto, se dá dentro de uma perspectiva teórica que é, ao mesmo tempo, dinâmica, internacional e afro-brasileira. Ao narrar sua trajetória e seus argumentos, também fazemos um retorno às nossas raízes, conectando-nos com a riqueza e os fundamentos de nossa história e identidade.

É por meio do legado e do avanço conceitual das categorias de gênero, raça e classe em Lélia Gonzalez, a partir das noções de mulata, empregada doméstica e mãe-preta, termos frequentemente em seus textos, que se depara com uma compreensão capaz de relacionar tais categorias. Nesse sentido, nos deparamos com elementos que são característicos da então conhecida interseccionalidade, cunhada pela estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989. Mesmo antes da categoria existir, Lélia Gonzalez já era pioneira nesta discussão (Martins, 2023; Akotirene, 2019) (Nascimento, 2024, p. 95).

Existe uma valorosa conversa em termos de como Lélia Gonzalez trabalhou as categorias e os estudos de gênero, raça e classe no contexto e período em que esteve envolvida — pois não é possível exigir terminologias e debates que ela sequer teve a chance de conhecer ou que não pôde acompanhar enquanto surgiam (Nascimento, 2024). “O gênero já é a principal questão que leva a burburinhos, pois **Lélia Gonzalez em nenhum momento escreve sobre o conceito de gênero ou utiliza essa palavra e/ou conceituação de gênero** — é, mais uma vez, uma interpretação mais atual, do que ela estava realizando em termos de produção teórica no passado. Como bem lembram Rios e Ratts (2016), **as articulações sobre**

as identidades de gênero eram tratadas na época que Lélia escreve como sexo” (Nascimento, 2024, p. 119-120, grifo nosso).

Ao analisar os textos de Lélia Gonzalez, alguns deles destacam-se pelo enfoque na questão da mulher e nas discussões sobre gênero (sexo). Em nossa perspectiva, esses textos são: *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica* (2020e), *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020n), *A categoria político-cultural de amefricanidade* (2020a), *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020m), *A mulher negra no Brasil* (2020f), *Mulher negra, essa quilombola* (2020k), *As americanas do Brasil e sua militância* (2020g) e *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social* (2020c) (Nascimento, 2024).

No âmbito acadêmico, a ampliação e o aprofundamento das pesquisas, bem como as reflexões intelectuais, vivências e políticas sobre os dilemas de raça, classe e as condições das pessoas racialmente marcadas nas sociedades brasileira e latino-americana, ganham maior visibilidade em alguns escritos de Lélia Gonzalez. No entanto, isso não significa que essas questões estejam presentes apenas nesses textos ou que esses escritos tratem exclusivamente desses temas. Alguns exemplos são: o livro *Lugar de negro* (2024), juntamente com *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020n), *O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra* (2020l), *A categoria político-cultural de amefricanidade* (2020a), *A juventude negra e a questão do desemprego* (2020d), *Democracia racial? Nada disso!* (2020i), *A cidadania e a questão étnica* (2020b), entre outros (Nascimento, 2024).

Já os textos de Lélia Gonzalez que abordam a temática da classe social incluem *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher* (2020h), *A juventude negra brasileira e a questão do desemprego* (2020d), *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica* (2020e), *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020n), *O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio da mobilização política negra* (2020l) e *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (2020j). Esses escritos se destacam por abordar, de forma crítica, a condição da classe trabalhadora negra, especialmente no contexto das sociedades brasileira e latino-americana. Lélia questiona o modelo de desenvolvimento brasileiro e critica o sistema capitalista, apontando suas falhas e as desigualdades que ele perpetua. Ela também tece uma análise incisiva sobre os "autores clássicos" e economistas da época em que viveu, desafiando suas concepções, principalmente no que diz respeito à exploração das classes subalternas. Em particular, é importante destacar que, no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020n, p. 83), Lélia convoca a reflexão sobre o historiador marxista Caio Prado Jr., um intelectual branco, que, em sua obra,

é alvo de duras críticas por parte da autora, revelando a tensão entre as suas visões sobre o Brasil e a realidade das populações negras no país (Nascimento, 2024).

Pode-se afirmar que Lélia Gonzalez foi uma figura importante na discussão sobre as intersecções entre gênero, raça e classe. Existem pesquisas que se baseiam nas ideias de Gonzalez e que reconhecem a interseção dessas categorias, abordando simultaneamente questões de classe, raça e gênero. No entanto, é importante observar que, apesar dessa abordagem interseccional, as categorias de raça e gênero têm um papel central nessas pesquisas, enquanto a questão da classe tende a ser tratada de maneira secundária. Na nossa visão, essa ênfase pode resultar em abordagens problemáticas para os movimentos sociais atuais e não reflete de forma adequada o percurso político e intelectual seguido por Lélia. Para ela, e de acordo com as ideias de seu contexto histórico, a classe social era uma questão essencial e central (Nascimento, 2024).

Referências

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020a, p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020b, p. 232-241.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020c, p. 267-270.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020d, p. 45-48.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem politicoeconômica. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020e, p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020f, p. 158-170.

GONZALEZ, Lélia. As americanas do Brasil e sua militância. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020g, p. 265-266.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020h, p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso!. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020i, p. 201-203.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica?. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020j, p. 217-219.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020k, p. 197-200.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020l, p. 112-126.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020m, p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020p, p. 75-93.

MARTINS, Mireile Silva. **Raça, classe e gênero e a contribuição de Lélia Gonzalez para o pensamento social**. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. **Interpretando Lélia Gonzalez e a amefricanidade: um novo caminho teórico em Relações Internacionais sob uma ótica ampla do internacional**. Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2024.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. **Mas, afinal, os conceitos importam? O conceito político-cultural amefricanidade de Lélia Gonzalez e as Teorias das Relações Internacionais**. 2021. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Introdução. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020. p. 9-21.

A primeira turma com participação feminina na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Karen Ludmilla Barreto de Avila³

A aprovação da Lei nº 12.705, em 08 de agosto de 2012, é um dos marcos modernos da história do Exército Brasileiro em direção à igualdade das mulheres dentro da caserna. A lei em questão regula os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. E foi criada por meio dela, o Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB-EB)⁴. Ela nos apresenta pela primeira vez a possibilidade de mulheres adentrarem as academias de formação que anteriormente eram de acesso exclusivo aos homens (BRASIL, 2012).

Dentro do Exército Brasileiro, a presença das mulheres já existia em três das quatro áreas de concentração dos estudos e das funções militares, definidas pelo Decreto nº 3182, de 23 de setembro de 1999. Essa divisão das linhas de ensino do Exército se deu da seguinte forma: Ensino Militar Bélico, Científico Tecnológico, de Saúde e Complementar (Brasil, 1999). Das quatro áreas, as mulheres não estavam presentes na primeira, sendo esta a mais importante, pois abre as portas para a ascensão ao posto de general.

A primeira turma mista, ou seja, também integrada por mulheres, teve como sua referência de nome Dona Rosa da Fonseca⁵, Patrona da Família Militar. Seu início ocorreu em 2017, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), na cidade de Campinas/SP, e sua formatura ocorreu no final do ano de 2021, tornando-se, definitivamente, um marco histórico na Força. Essa primeira leva de cadetes mulheres foi formada por 40 alunas, enquanto a turma de militares do sexo masculino foi composta por 400 alunos. Sendo assim, apenas 10% das vagas ofertadas foram voltadas para as mulheres em seu primeiro processo seletivo pós Lei nº 12.705. Se fizermos uma comparação entre os/as inscritos/as, percebemos quão grande foi o interesse feminino em realizar o curso de formação comparado ao número de vagas: 7.708 mulheres e 22.061 homens inscritos (Brasil, AMAN, 2021).

³ Mestre em Ciências Militares pelo PPGCM-IMM/ECEME na linha de estudos de Guerra e Paz. Vice coordenadora da área de projetos do grupo MaRIas USP.

⁴ O Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB-EB), implementado a partir de 2017, visa integrar mulheres aos cursos de formação da linha bélica, começando pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx). A iniciativa representa um marco na inclusão feminina em áreas operacionais da Força Terrestre, até então exclusivas para homens (Ávila, 2022).

⁵ Dona Rosa da Fonseca, mãe do Marechal Deodoro da Fonseca, é considerada a patrona da família militar do Exército Brasileiro por seu exemplo de patriotismo, bravura e dedicação à pátria, tendo perdido filhos e netos em conflitos armados. Seu nome foi escolhido como referência para a primeira turma mista da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2021, simbolizando a força, o sacrifício e a presença feminina na história militar brasileira (Ávila, 2022).

Nesse ensaio, busco responder à seguinte pergunta: Como foi conduzida a política de inserção de mulheres na AMAN no período de 2017 a 2021?

Durante a apresentação em nosso grupo de estudos, vislumbramos como um conjunto de fatores sociais levou ao maior acesso das mulheres às Forças Armadas (FFAA) e desenhou como o Brasil não está isolado nessa mudança: desde a evolução tecnológica associada ao mundo militar, passando pela redução dos conflitos, no contexto daquilo que Charles Moskos (1977) chamou de “Exército pós-moderno” e foi muito bem explorado por Helena Carreiras⁶ (2004).

Nesse contexto, há também uma contextualização do papel das FFAA, que abre um espaço para a maior participação feminina. Ao mesmo tempo, as mulheres conquistaram uma maior posição na esfera política, empresarial e acadêmica, legitimando sua inclusão também nas FFAA.

As mulheres nas Forças Armadas em perspectiva histórica, a questão do gênero e a inserção das mulheres no meio militar, carreira e motivação também integraram os assuntos inerentes ao tema e servem como pano de fundo para estudos mais aprofundados. Examinamos por uma lente histórica como as mulheres permearam pela história das FFAA nos principais momentos da história do Brasil trazendo de forma breve as inserções da Marinha, Aeronáutica e do Exército Brasileiro. Apesar das diferenças, demonstrou-se que as FFAA conversam e trocam experiências entre si para o avanço das inserções.

No momento seguinte, ocorreu a contextualização das duas linhas em que foi autorizado o ingresso das cadetes de sexo feminino – Material Bélico e Intendência – para que fosse possível a compreensão dos passos futuros das cadetes aqui estudadas. Em um primeiro momento, foi feita uma análise mais quantitativa de indicadores acadêmicos, enquanto em um segundo momento a análise se debruçou sobre indicadores qualitativos retirados de questionários diversos.

Nossos resultados apontam que a história da integração das mulheres na AMAN é diferente a depender do indicador utilizado:

- De um lado, os resultados acadêmicos das cadetes representam um elemento positivo de sua integração, mostrando que possuem o desempenho a fim de concorrer em pé de igualdade com seus pares masculinos. Com a possível

⁶ O conceito de “Exército pós-moderno”, proposto por Charles Moskos, descreve a transição das Forças Armadas para modelos mais profissionais, permeáveis à sociedade civil, tecnologicamente avançados e com maior diversidade, inclusive de gênero. Helena Carreiras aprofunda esse debate ao analisar como a presença feminina nas instituições militares reflete e impulsiona mudanças estruturais. No contexto brasileiro, essa perspectiva ajuda a compreender iniciativas como o PISFLEMB-EB, que marcam a abertura da linha bélica do Exército às mulheres, inserindo o Brasil nas dinâmicas globais de modernização militar.

exceção do seu desempenho em testes físicos, onde aprimoramentos ainda podem, e devem, ser realizados; e parecem fornecer estímulo a maiores transformações na instituição, a saber, a maior inclusão de mulheres tornando num futuro próximo, um concurso de entrada sem distinção de sexo entre vagas e isonomia nos processos físicos.

- De outro lado, reações dos cadetes de sexo masculino frente a suas novas colegas apontam para a persistência de alguns problemas. Alguns parecem ser fundamentados no acesso mais difícil a cursos e qualificações; outros, na influência de papéis tradicionais de gênero. Essa desconfiança culmina em atitudes nem sempre positivas quanto à presença de mulheres na instituição, particularmente no que concerne a um eventual papel de liderança de mulheres no âmbito militar. Mas o lado positivo é que esse comportamento seja modificado até sua extinção, visto que os alunos atuais já estão acostumados com a presença feminina desde os anos iniciais de ensino militar.

Mesmo com os resultados acadêmicos satisfatórios das cadetes, seria a participação feminina na AMAN uma potencial fonte de problemas no futuro? Dito de outra forma, seriam as mudanças acarretadas por essa participação prejudicadas pela reação negativa à presença feminina na instituição? Acreditamos que não. A participação feminina na AMAN tem um efeito positivo ao suavizar preocupações pregressas sobre a competência das mulheres em um ambiente militar, por serem as mulheres, como Júnior Santos (2018) definiu, o “oposto do soldado”. Mas é necessário reforçar a necessidade de isonomia, já existente, em todas as etapas. Essa mudança de postura iria funcionar naturalmente como uma espécie de “peneira” para realmente demonstrar os candidatos que possuem interesse, intelecto e, sobretudo, capacidade física que a carreira militar exige.

Ao mesmo tempo, a abertura de mais vagas e cursos às mulheres permitirá às novas ingressantes encontrarem um ambiente mais acolhedor, o que possibilitará a redução dos efeitos negativos associados à recepção nem sempre positiva dos cadetes homens. Essa recepção não tão positiva quanto esperada ocorreu pelo aspecto demonstrado nas entrevistas colhidas ao longo de minha dissertação de mestrado. À medida que as alunas das primeiras turmas adentraram os muros da AMAN, ainda haviam turmas predominantemente masculinas de anos anteriores que estavam finalizando seus estudos. Estes alunos ainda não possuíam a experiência de dividir aquele espaço majoritariamente masculino com mulheres de diferentes vivências. Entendemos ainda que, com mais oportunidades e uma maior presença, o efeito geral será de uma naturalização da presença feminina, semelhante ao visto na esfera

acadêmica, o que também contribuirá a reduzir os efeitos da atitude negativa de parte dos cadetes masculinos.

O exemplo fornecido por Ávila (2021) mostra até que ponto, entretanto, pode se tornar complicado desvincular determinados aspectos da liderança militar de seus apetrechos masculinos, de modo a torná-los mais neutros do ponto de vista de gênero. As políticas orientadas para promover a maior inclusão das mulheres no oficialato devem, portanto, passar não apenas pelo seu incremento numérico, mas focar também na qualidade dessa integração.

Para tal, esforços devem ser feitos para tornar os critérios de avaliação dos cadetes cada vez mais objetivos e neutros de um ponto de vista de gênero, de modo a reduzir elementos subjetivos que possam ser influenciados pelos papéis de gênero. Naturalmente, o incremento numérico não pode ser deixado de lado, já que pode favorecer a criação de um ambiente mais acolhedor para futuras cadetes.

Estas conclusões têm limitações de natureza metodológica. A saber, o horizonte de tempo relativamente recente para o ingresso das mulheres na AMAN limita a avaliação dos efeitos positivos e negativos desse processo, tanto para as cadetes como para a instituição de maneira mais ampla. Visto que teremos um resultado claro para observação apenas com a chegada das primeiras cadetes formadas pela AMAN, como instrutoras:

[...] Formadas no passado, elas já estarão de volta para comandar pelotão para ajudar na formação. É bom passar a percepção delas. Que é interessante, né? Analisar como que a percepção de uma das primeiras cadetes mostrando essa dificuldade. “Eu sei, eu tive. Vou apoiar ou não, essa dificuldade de corpo mole é nada disso. Não passei por nada disso.” Então assim, esse projeto, ele tem a tendência dele que é de, com o tempo, ele vai se refinando e vai assentando. Eu acredito, na minha opinião, que vai combinar naturalmente daqui a alguns anos, na escolha das armas mais abrangentes (Ávila, 2022).

A pesquisa evidencia que, se é possível falar de mudanças nas linhas onde houve maior presença feminina, essa mudança vem acompanhada de uma resistência que busca reafirmar o espaço da AMAN como masculino.

Dessa forma, a ampliação dessas mudanças requer reformas para além da simples expansão das vagas. Foi recomendado, como parte das conclusões encontradas na minha dissertação, através das percepções dos instrutores entrevistados em 2022, a reformulação de alguns dos critérios de avaliação das competências das cadetes, critérios estes informais, mas que podem influenciar em promoções e no acesso das cadetes às posições de liderança. Tais reformulações precisam perguntar: este critério está medindo um bom militar ou apenas um bom homem ou mulher? Esperamos, assim, que a participação feminina não seja apenas

cosmética, ou seja, meramente decorativa e sem impacto real e que sua inclusão resulte na verdadeira ampliação do acesso à liderança militar de profissionais competentes de ambos os gêneros, através de critérios cada vez mais justos de seleção.

Vemos com otimismo as possíveis ramificações deste trabalho para as Ciências Militares. Entendemos que as conclusões tiradas deles poderão ser utilizadas em estudos comparativos com outros países que também estiverem ampliando a participação de mulheres em instituições voltadas para o oficialato. Ao mesmo tempo, é um estudo que quase naturalmente necessitará ser atualizado, à medida que o acesso das mulheres for ampliado na AMAN para novas linhas e com a chegada de novas turmas. Também é possível que estudos feitos com questionários diferentes cheguem a outras conclusões quanto aos desafios da participação feminina, possibilidade que acolhemos com entusiasmo.

A história da participação das mulheres nas Forças Armadas está longe de ser encerrada. Afinal, elas sempre foram lutadoras. Faltava apenas a farda.

Referências

ÁVILA, Júlia de Mello. **A LIDERANÇA DA MULHER DA LINHA COMBATENTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares. 2021.

ÁVILA, Karen Ludmilla Barreto de. **PROJETO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO. AVANÇOS E POTENCIAIS DESAFIOS DA POLÍTICA DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA AMAN**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME, RJ), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Militares. 2022.

BRASIL. Constituição. Lei Nº 12.705, de 8 de agosto de 2012. **Lei de requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército**. Brasil. Ministério da Defesa, 2012.

_____. Exército Brasileiro. **Lei Nº 9.789, de 8 de fevereiro de 1999. Lei de Ensino do Exército**. Brasil: Ministério do Exército, 1999.

_____. _____. Página eletrônica oficial da AMAN. **REVISTA ANUÁRIO**. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/AAMAN/issue/view/830/110>. Acesso em 07 março de 2021.

CARREIRAS, Helena. **Diversidade Social nas Forças Armadas: Gênero e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada**. Lisboa: Edição 2ª Série; Nº 107 (Primavera 2004). Instituto da Defesa Nacional, 2004.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2ª edição revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MOSKOS, Charles. **From Institution to Occupation: Trends in Military Organization**. Armed Forces & Society, 1977. Pp 41-50.

Análise do papel da mulher soviética na década de 1960 a partir da Política dos Afetos

Ana Livia Ayres Cardoso⁷

Ríllari Ferreira Castro e Silva⁸

A política externa é, muitas vezes, concebida como um espaço racional e estratégico, no qual Estados tomam decisões baseadas em cálculos, objetivos de poder e interesse. No entanto, abordagens contemporâneas nas Relações Internacionais têm demonstrado que as emoções e os afetos têm um papel crucial na formulação e projeção da identidade estatal. Este ensaio investiga o papel da mulher soviética na década de 1960, tomando como base a Política dos Afetos de Sara Ahmed (2014).

A Política dos Afetos permite compreender como emoções não apenas influenciam indivíduos, mas também moldam coletividades e estruturas políticas. No contexto soviético, a construção da identidade nacional esteve intimamente ligada às dinâmicas de gênero, de modo que a figura da mulher foi mobilizada como instrumento para fortalecer a coesão interna. Este ensaio é motivado pela seguinte pergunta: **como a identidade da mulher soviética foi instrumentalizada pela política externa soviética na década de 1960?**

Argumentamos que essa instrumentalização ocorreu a partir da estruturação dos papéis de gênero dentro da União Soviética (URSS) e da necessidade de projetar um modelo alternativo ao Ocidente, demonstrando-se enquanto uma potência forte, racional e atrelada ao masculino. Dessa forma, a política externa soviética não apenas refletia as dinâmicas internas do regime, mas também era impactada pelas hierarquias de gênero domésticas. A URSS rejeitava a classificação de *Soft Nation*, buscando consolidar-se como uma potência forte e disciplinada, o que se refletiu na forma como a identidade feminina foi construída e exportada.

Assim, pode-se iniciar com uma apresentação da obra *The Cultural Politics of Emotion*, de Sara Ahmed (2014), que investiga como afetos e emoções são mobilizados tanto

⁷ Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) na área de concentração Governança e História das Relações Internacionais. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas-USP) e do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE-STD).

⁸ Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) na área de concentração Política Externa e Instituições. Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integrante das Iaras - Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Iaras-GEDES) e das MaRIas - Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas-USP).

no âmbito individual quanto coletivo, funcionando como ferramentas para a conquista de objetivos políticos. Para Ahmed, os Outros, como chama, são a fonte dos nossos sentimentos, ou seja, para que as emoções existam, é necessário que exista também o papel do Eu e do Outro. Ainda, os sentimentos não surgem devido ao Outro ser classificado como ‘bom’ ou ‘ruim’, mas são formados de acordo com a minha própria percepção em relação a como sou afetado pelo Outro e suas ações. Ahmed (2014) também argumenta que compreender quem é esse Outro é essencial, pois sua identidade varia de acordo com o contexto em que se está inserido e está sempre associada ao corpo que está ‘fora do lugar’.

Nesse sentido, um dos conceitos apresentados por Ahmed (2014), essencial para a exploração proposta neste ensaio, é o conceito de *Soft Nation*. A *Soft Nation*, em sua obra, é sinônimo de um Estado visto como “fraco”, essa nação é taxada desta forma por ser facilmente comovida e influenciada pelas narrativas de outras nações, que representam o Outro. Com isso, entende-se então que existe um julgamento de que levar as emoções e afetos em consideração é ter o senso de juízo e racionalidade prejudicados. Dessa forma, a *Soft Nation* é associada à perda de racionalidade e objetividade política, contrastando com a hipermasculinização do Sistema Internacional, onde Estados fortes são aqueles que projetam poder, disciplina e domínio. Esse conceito reflete uma hierarquia das emoções, onde algumas expressam força e legitimidade e outras são vistas como demonstrações de fragilidade e irracionalidade. Ou seja, ser uma *Soft Nation* é ter um *Soft Touch*.

Abordando o período estudado, nos concentramos na década de 1960, marcada pela concretização do desenho da Guerra Fria: uma bipolarização do poder no Sistema Internacional entre União Soviética e Estados Unidos (EUA). Este período é também marcado por uma mudança doméstica na URSS com a morte de Joseph Stalin em 1953 e a ascensão de Nikita Khrushchov na posição de liderança. O governo de Khrushchov é marcado pelo anti-stalinismo, assim como por uma liberalização cultural e cooperação com outras nações, o que possibilitou um vislumbre de mudanças sociais (Gould-Davies, 2003).

Entretanto, a política soviética, tanto doméstica quanto externa, recebia influências diretas de seu sistema político sustentado pela ideologia comunista (Donaldson; Noguee, 1984). Deste modo, compreendemos que as tomadas de decisão no âmbito político eram orientadas pela ideologia e doutrina internas. Por esse motivo, apesar do objetivo de Khrushchov de desvincular a imagem soviética de Stalin, muitos aspectos doutrinários foram mantidos, gerando um menor impacto social. Assim sendo, não consideramos apenas os reflexos de acontecimentos externos que resultam em mudanças abruptas nas tomadas de

decisão, mas também nos atentamos às diversas variáveis internas soviéticas que constroem sua política.

Para compreender a política externa da União Soviética de maneira mais aprofundada, é preciso considerar as variáveis internas que moldaram sua formulação, como as relações de gênero. A partir disso, concordamos com Ashwin (2000, p. 1) ao afirmar que “o gênero sempre foi um princípio organizador fundamental do sistema soviético”, sendo elemento central na construção da identidade nacional e estatal promovida pela URSS.

A corrente feminista das Relações Internacionais foi a primeira a inserir o ‘fator gênero’ como categoria analítica para a compreensão da política internacional, enfatizando que as hierarquias de gênero influenciam diretamente as estruturas de poder globais (Scott, 1995). A masculinização das instituições de poder internacionais levou à invisibilização das mulheres nos espaços decisórios e à naturalização da política internacional como um campo essencialmente masculino (Parpart & Zalewski, 2008; Tickner, 1992).

No contexto soviético, o papel da mulher era visto como um canalizador do controle social pelo Estado. Anthias e Yuval-Davis (1989, *apud* Ashwin, 2000) classificam a atuação das mulheres como objetos do Estado soviético, tendo quatro formas de atuação:

- a) Como reprodutoras das fronteiras de grupos étnicos/nacionais;
- b) Como participantes centrais na reprodução ideológica da coletividade e como transmissoras da sua cultura;
- c) Como significantes de diferenças étnicas/nacionais;
- d) Como participantes em lutas nacionais, econômicas, políticas e militares.

Observando as classificações, nota-se o forte papel reprodutivo destinado às mulheres. Elas seriam as responsáveis pela produção das gerações futuras, mas não somente isso, deveriam, por meio da educação, formar as seguintes gerações, difundindo e perpetuando os ideais e valores soviéticos. Dessa forma, essas mulheres eram também responsáveis pela existência e manutenção do Estado soviético, uma vez que estavam encarregadas de garantir uma população orgulhosa, unida e homogênea.

Conforme Ashwin (2000), no período analisado houve uma ruptura do sistema familiar existente, mas não visando a emancipação da mulher, e sim a cooptação do indivíduo, para que estes atuassem em favor do sistema soviético e em prol do bem coletivo. O Estado intensificou suas ações no âmbito discursivo, problematizando a instituição familiar. Essa problematização resultou em uma maior intervenção estatal na esfera privada da vida dos indivíduos. Nesse sentido, o Estado incentivava a instituição familiar, mas desde que essa fosse constituída conforme o ideal da sociedade soviética, ou seja, desde que fosse

uma família constituída por um homem, uma mulher e filhos, todos cisgêneros e heterossexuais.

No governo de Stalin, percebia-se uma maior e mais explícita intervenção e restrição estatal em relação ao comportamento dos indivíduos. Com Khrushchev, como observado, aconteceu uma tentativa de descolamento do governo com a imagem criada com Stalin, gerando mudanças em âmbitos como na economia, promovendo o trabalho feminino para expansão de projetos habitacionais e na cultura, com abertura para relacionamentos com o Ocidente e outros. Contudo, na questão de gênero não houve tantas mudanças significativas, de modo que em âmbitos como o direito familiar, o divórcio foi até mesmo dificultado pelas legislações (Engel, 2006). A principal mudança se observa em meados da década de 1960, com a ascensão de Leonid Brezhnev. Em 1965, criou-se uma lei facilitando o divórcio, relações sexuais forçadas entre casais passaram a ser vistas como violação e houve uma maior disponibilização de métodos contraceptivos (Engel, 2006).

Cabe destacar que, apesar dos avanços e transformações, decisões relacionadas à família e reprodução ficavam à mercê do Estado, que adotava um papel paternal e masculino, e sob a decisão dos homens. Assim era seguida a lógica de que o papel social principal a ser desempenhado pela mulher era o de reprodução e de responsabilidade para com o Estado por meio da criação das futuras gerações. Ainda, a maior participação feminina na sociedade, principalmente nos ambientes de trabalho, gerou uma percepção social de que as mulheres haviam se masculinizado e os homens estavam sendo socialmente oprimidos (Ashwin, 2000).

A estrutura do Estado soviético reforçava a masculinidade como valor central. Segundo Connell (1995, p. 188), a masculinidade é “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”. No Sistema Internacional, Estados fortes são vistos como masculinos e portam características como credibilidade, racionalidade e autoridade, enquanto o contrário é associado a Estados fracos e, consequentemente, feminilizados (Hutchings, 2008). Como apresentado por Ahmed (2014), os Estados fracos seriam classificados como *Soft Nation* por serem irracionais, não terem autoridade e credibilidade, consequentemente sendo classificados como femininos.

A União Soviética buscava consolidar-se como uma potência viril e dominante, rejeitando qualquer associação com características atribuídas à feminilidade, o que leva à sua rejeição à identidade de *Soft Nation*. Assim, as hierarquias de gênero na política internacional levam à classificação de Estados como fortes ou fracos com base em elementos associados à masculinidade e feminilidade (Hooper, 2010). A feminilidade seria associada à fragilidade,

irracionalidade e medo, sendo incompatível com o ideal de soberania almejado pela potência soviética que projetava uma identidade associada à hipermasculinidade.

Ahmed (2014) aponta para as formas como emoções e afetos são mobilizados em discursos sobre soberania, patriotismo e legitimidade. No âmbito soviético, o orgulho, o senso de superioridade ideológica e até mesmo o amor foram mobilizados para reforçar a identidade nacional. A autora (2014) explica como o amor pode ser mobilizado politicamente, de modo que o amor à nação faz com que ela se torne o objeto idealizado. Nesse sentido, a população, por amor à sua nação, se identifica com ela e busca garantir a existência e perpetuação das gerações futuras, seguindo os ideais nacionais e, ainda, essas futuras gerações são vistas com o sentimento de esperança, de que elas perpetuarão e poderão desfrutar da nação idealizada. A busca por uma identidade nacional forte e a rejeição da imagem de *Soft Nation* demonstram um esforço contínuo da URSS para projetar uma masculinidade que legitime seu poder e influência global. A identidade da mulher soviética, a partir do maior destaque para seu papel reprodutivo e produtivo, foi instrumentalizada de maneira a consolidar a imagem da URSS como uma superpotência, e refletir os valores propagados pelo regime soviético. Apesar de avanços pontuais, especialmente no âmbito do direito da família e da inserção feminina no mercado de trabalho, o discurso oficial continuava a reforçar a maternidade e a reprodução como funções primordiais das mulheres.

A identidade nacional soviética desempenhou papel importante na política externa da URSS, pois a projeção de uma nação forte e unida era essencial para legitimar o regime internamente e consolidar sua influência como alternativa ao bloco ocidental. Ao mobilizar conceitos de masculinidade e política das emoções, a União Soviética buscou se distanciar da imagem de *Soft Nation*, associada à fragilidade, e alinhar-se à masculinidade hegemônica, vinculada à força, racionalidade e domínio. Essa construção identitária não somente reforçava seu poder no Sistema Internacional, mas também instrumentalizava o papel da mulher e das hierarquias de gênero para consolidar a imagem de potência da URSS.

Referências

- AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. 2. ed. Edinburgh University Press, 2015.
- ASHWIN, S (Ed.). **Gender, state, and society in Soviet and post-Soviet Russia**. London: Routledge, 2000.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, 20(2): 185-206, jul.-dez., 1995.

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L. **Soviet Foreign Policy: Since World War II**. Nova Iorque: Pergamon Press, 1984.

ENGEL, B. A. Women and the state. In: PERRIE, Maureen; LIEVEN, D. C. B.; SUNY, Ronald Grigor (Ed.). **The Cambridge History of Russia: Volume 3, The Twentieth Century**. Cambridge University Press, 2006. p.468 - 494.

GOULD-DAVIES, Nigel. The logic of Soviet cultural diplomacy. **Diplomatic history**, v. 27, n. 2, p. 193-214, 2003.

HOOVER, C. **Manly States: masculinities, international relations, and gender politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

HUTCHINGS, K. Cognitive short cuts. IN: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (eds). **Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations**. New York: Zed Books, 2008.

PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. Introduction: rethinking the man question. IN: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (EDS). **Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations**. New York: Zed Books, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2), 1995.

TICKNER, A. **Gender in International Relations**. New York: Columbia University Press, 1992.

Homofobia e Colonialismo: Uma análise pós-colonial das Relações Internacionais e seus efeitos sobre as diversidades sexuais na África e Ásia

Geovana Vieira de Queiroz⁹

Colonialismo é definido por Feliciano de Sá Guimarães (2021) como “uma forma específica de exploração cultural, política e econômica que se desenvolveu com a expansão da Europa nos últimos 400 anos e que tem no seu âmago a relação entre o colonizador e colonizado” (Guimarães, 2021, p. 171). A descolonização da África e da Ásia no século XX gerou uma necessidade de reflexão sobre os regimes coloniais e as consequências do colonialismo e, assim, nasceu a corrente teórica do pós-colonialismo (Epstein, 2014). Sob as lentes do pós-colonialismo, a proposta do presente ensaio é analisar o impacto da empreitada colonial europeia nos continentes africano e asiático, focando na relação entre o processo de colonização e a construção do imaginário de homofobia.

O continente africano é um continente majoritariamente de ideais conservadores, fato que pode ser evidenciado ao analisarmos as legislações existentes em seus países, voltadas para a criminalização de minorias sexuais e da população LGBTQIAP+¹⁰. Dos 54 Estados do continente, 31 criminalizam a homossexualidade (ou seja, 57,4%), com somente a África do Sul tendo legalizado o casamento homoafetivo em 2006 (Equality Index, 2025). Porém, é possível argumentar que o conservadorismo da região é oriundo do histórico colonial brutal, imposto pelos europeus sobre o continente.

A primeira era da colonização africana iniciou no século XV, com a chegada dos europeus e, com eles, o cristianismo. A peça central do processo colonizador europeu era civilizar os colonos, que seriam “menos evoluídos”. Para eles, o conceito de civilizar partia de um pressuposto de uma cultura europeia superior e implicava na incapacidade dos colonos africanos de se autogovernarem (Meneses, 2010). Nesse contexto, impostas pelos europeus, surgem as primeiras leis criminalizando a sodomia¹¹, assim como o florescimento do ideal de família tradicional patriarcal e heterossexual, seguindo os ideais do cristianismo (Langa, 2018).

⁹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Assistente acadêmica do Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas-USP).

¹⁰ A sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras identidades e orientações sexuais) compreende a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais não heteronormativas. (Tribunal Regional Do Trabalho Da 4ª Região, 2021)

¹¹ Na história, literatura e no direito, o termo ‘sodomia’ assume diversos significados, como: (1) quaisquer práticas homossexuais entre homens, em alusão à história bíblica de Sodoma (Gênesis 18:19), (2) relação sexual anal, (3) bestialidade ou zoofilia, e (4) outras atividades sexuais, como contatos sexuais com menores de idade, contatos orais-genitais e relações sexuais orais entre adultos. (Encyclopaedia Britannica, 2025)

A homossexualidade foi criminalizada pela primeira vez na Inglaterra com a promulgação do Buggery Act em 1533, durante o reinado de Henrique VIII. Esse código penal representou um marco muito importante no desenvolvimento de leis que puniam a sexualidade na Inglaterra e, por sua vez, influenciou muitas colônias britânicas ao redor do mundo. Com o auge do Império Britânico no século XIX, a Inglaterra exportou suas leis sobre crimes sexuais para as colônias, províncias e assentamentos do império. Havia variações nas leis referentes ao assunto em cada colônia, mas o comum entre todas era que o Império Britânico considerava as práticas de “sodomia” como inaceitáveis e imorais. Tais legislações foram impostas nas sociedades africanas e asiáticas sem o consentimento das populações, que, muitas vezes, não tinham uma tradição cultural de criminalização desses comportamentos (Kirby, 2013).

Nessa linha, existem evidências históricas de que a relação dos africanos pré-coloniais com a sexualidade diferia da posição dos colonizadores cristãos, e os portugueses foram os primeiros a perceber esse fato. Em diversas sociedades africanas, relacionamentos homossexuais não eram incomuns, principalmente nos anos anteriores ao casamento heterossexual, que ocorria, em sua maioria, tardiamente para os homens. Além disso, essas relações possuíam, muitas vezes, alguma forma de institucionalização nas sociedades. (Murray, Roscoe, Epprecht, 2021)

O mito de que o continente africano teria sido o “marco zero” da luta contra os homossexuais vem do discurso de que a homofobia teria suas origens na África devido à forte resistência e violência dirigida à população LGBTQIAP+ no continente africano (Rodrigues, 2024). Esse discurso é reforçado pelo argumento de que, após a descolonização do continente, no século XX, as legislações e punições para crimes sexuais foram mantidas e muitas vezes tornadas mais rígidas. Ainda hoje, existe uma forte resistência por parte dos líderes políticos africanos de se falar sobre homossexualidade e, em sua maioria, os que defendem a criminalização de tais práticas sexuais argumentam que a homossexualidade e os direitos da população LGBTQIAP+ são pautas importadas do ocidente, e que não existiam na origem do continente (Langa, 2018).

Esse cenário se repete, de forma semelhante, no Oriente Médio, no Sul da Ásia, no Leste Asiático e no Sudeste Asiático. No Oriente Médio, é possível encontrar registros históricos de que as práticas homossexuais tenham sido comuns, geralmente envolvendo relações assimétricas que refletem diferenças de idade, status ou classe entre os “parceiros” (Dunne, 1990). Apesar de condenadas pela religião e proibidas legalmente, relações entre pessoas do mesmo sexo e amor homoerótico eram amplamente praticados em sociedades

do Oriente Médio. Nesse contexto, no período de 1000 d.C. a 1500 d.C., havia uma aceitação cultural das relações entre pessoas do mesmo sexo, principalmente nos círculos da elite econômica, mesmo que não fossem discutidas abertamente na sociedade (Dalacoura, 2014).

As principais mudanças no imaginário de homofobia da região vieram nos séculos XIX e XX, com a definição, caracterização e patologização da homossexualidade por parte dos europeus. Esse processo de conceitualização vinculou o indivíduo às práticas homossexuais, passando a condená-lo na totalidade, e não apenas a prática da sodomia. Nesse cenário, foram introduzidos, pela França e pelo Reino Unido, os primeiros códigos penais contra a homossexualidade na região. Um exemplo disso é o artigo 534 do Código Penal Libanês, estabelecido pela França, em 1943, que proíbe “intercurso sexual que vai contra a natureza”, punindo essa ação com até um ano de cadeia (Dalacoura, 2014).

As regiões do Sul, Sudeste e Leste Asiático variam bastante quanto à aceitação da comunidade LGBTQIAP+, enquanto alguns países caminham em direção à descriminalização e reconhecimento da população LGBTQIAP+, países como as Maldivas ainda são extremamente conservadores. No Sul da Ásia (Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Sri Lanka e Paquistão) a proibição da homossexualidade também é uma herança do período colonial, com códigos penais impostos, principalmente pela Inglaterra. Como exemplo, podemos citar os seguintes regimentos: o Código Elphinstone de 1827¹² para a presidência de Bombaim na Índia e o Código Penal Indiano de 1860 (que entrou em vigor em janeiro de 1862), conhecido como o Código Macaulay¹³ (Kirbi, 2020).

Como visto em regiões mencionadas anteriormente, o sul da Ásia também possui registros históricos da homossexualidade como uma prática comum no período pré-colonial. Um exemplo disso pode ser encontrado na publicação do *Kamasutra*, datado do século III d.C., embora o texto tenha sido provavelmente desenvolvido entre os séculos VIII a.C. e I d.C. O *Kamasutra* evidencia que a sexualidade e o erotismo eram vistos como componentes fundamentais para a sociedade indiana, especialmente no que diz respeito aos propósitos da vida e ao prazer. Além disso, o livro descreve de forma explícita práticas de homossexualidade masculina, apresentando-as como parte integrante da vida sexual natural (Ross, Wells, 2000).

¹² Código Elphinstone de 1827: conjunto de leis formulado durante o domínio britânico na Índia, sob a administração de Mountstuart Elphinstone, governador da região de Bombaim, com o objetivo de modernizar o sistema jurídico indiano. (Jaffe, 2014)

¹³ Código Macaulay: primeiro código que reuniu todas as regras criminais do Império Britânico na Índia. Criado por Thomas Macaulay. (Chen, 2011)

Outro exemplo da região é a abordagem da homossexualidade e da ideia de gênero na religião hindu. O hinduísmo reconhece, em seus escritos e fé, a existência de três gêneros: o masculino (*pums-prakriti*), o feminino (*stri-prakriti*) e o terceiro sexo (*tritiya-prakriti*). A doutrina não acredita que o gênero ou sexo de um indivíduo seja determinado apenas biologicamente, e nesse sentido, o termo *prakriti*, ou natureza, representa a junção do fator biológico e do fator psicológico como a melhor forma de definir o gênero de um indivíduo. Os indivíduos do terceiro sexo costumam ser definidos como uma mistura da natureza feminina e masculina, e o termo é aplicado tanto ao que conhecemos hoje como homossexuais, homens e mulheres, quanto a pessoas trans, binárias e não-binárias, além de pessoas intersexo (Wilhelm, 2004).

Ainda nos escritos do hinduísmo, é possível observar como as traduções erradas realizadas pela Inglaterra do período colonial contribuíram para uma construção do imaginário de homofobia na região. Mulheres lésbicas, chamadas de *svairini*, ou “mulheres independentes”, por não existir uma expectativa para que se casassem com um homem, foram chamadas, erroneamente, de “mulheres corruptas” nas traduções inglesas. Assim como, quando mencionado o termo *Maithunan pumsi*, ou “união sexual entre homens”, o termo foi traduzido como “delito não natural com um homem” (Wilhelm, 2004).

Continuando no continente asiático, no Leste Asiático também existem registros da homossexualidade como uma prática comum na sociedade pré-colonial. Na China pré-moderna, relações homoeróticas entre homens eram vistas como uma busca por refinamento intelectual e eram percebidas com indiferença pela sociedade. Nesse período, relações homossexuais entre homens costumavam ser representadas em contos da população comum de forma positiva e humorada, sem qualquer tipo de condenação moral (Han, O'mahoney, 2018). Porém, no caso de países como a China e o Japão, que não sofreram com uma colonização direta ou completa por parte das potências europeias, a influência europeia na construção da homofobia funcionou de uma forma um pouco diferente. Durante o século XIX, essas nações, buscando validação e reconhecimento como nações civilizadas, para que não tivessem sua independência ameaçada, inspiraram-se nas leis ocidentais que criminalizavam a homossexualidade, que, até o momento, não era vista como uma prática imoral. Então, mesmo que não tenham sofrido com a imposição direta de leis que criminalizavam as práticas de homossexualidade, a pressão do imperialismo europeu fez com que o imaginário de homofobia começasse a ser construído nessas nações (Sanders, 2009).

A situação da Tailândia, no Sudeste Asiático, é a mesma da China e do Japão

quando se diz respeito à construção de leis criminalizando a homossexualidade. Porém, no Sudeste Asiático existem nações, como Singapura e Malásia, que sofreram com a imposição, pelo Império Britânico, de leis de sodomia. Na Malásia, por ser um país islâmico, pessoas acusadas de práticas homossexuais podem ser imputadas tanto na seção 377 do código penal, imposta pela Inglaterra em 1938, quanto na *shariah*, a lei islâmica (Shah, 2013). Ainda sobre o Sudeste Asiático, políticos conservadores da Malásia usam como argumento, para condenar a homossexualidade, a retórica dos ‘valores asiáticos’, que seriam opostos aos valores ocidentais que abraçam imoralidades e pecados, como a sodomia. Por esse motivo, esses indivíduos são abertos ao falar que defendem as leis que criminalizam a homossexualidade, porque essas os afastam da corrupção dos valores asiáticos, por parte dos ocidentais. Essa retórica também é possível de ser observada nos argumentos dos nacionalistas hindus da Índia, que defendem os ‘valores tradicionais indianos’ e as leis de sodomia no país. A ironia desses argumentos é que as leis de sodomia de ambos os países foram criadas e impostas, sem o consentimento da população, pelo Império Britânico (Shah, 2013).

Portanto, apesar do processo de descolonização da África e da Ásia nos séculos XIX e XX, ainda é possível, nos dias atuais, observar as consequências da brutal colonização europeia nas regiões exploradas, como o profundo imaginário de homofobia construído nesses continentes. Apesar de ter tido influência de outras religiões, como o Islamismo, fica evidente o papel exercido pelos europeus e o cristianismo na criminalização e na condenação moral da homossexualidade nesses territórios. Nesse contexto, a luta em prol dos direitos LGBTQIAP+ nesses continentes enfrenta diversos desafios, um deles é a resistência criada pelo trauma colonial a ideias progressistas, que hoje são vistas como ocidentais. Para conseguir triunfar na conquista de direitos e respeito para essa população serão necessários muitos esforços para tentar remediar as consequências da colonização, desmistificando a ideia de que o movimento e os indivíduos LGBTQIAP+ só surgiram no Oriente após influência do Ocidente. Ao analisarmos os fatos apresentados nesse ensaio, é possível concluir que, na realidade, a homofobia, a proibição e a condenação moral da homossexualidade na escala em que se encontram hoje, são os resultados diretos da influência e imposição colonial europeia.

Referências

CHEN, Siyuan. Codification, Macaulay and the Indian Penal Code [resenha]. **Singapore Journal of Legal Studies**, [s.l.], [n.], p. 581-584, 2011. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/1971. Acesso em: 4 jun. 2025.

DALACOURA, Katerina. Homosexuality as cultural battleground in the Middle East: culture and postcolonial international theory. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 7, p. 1290-1306, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2014.925129>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DUNNE, B. W. Homosexuality in the Middle East: An Agenda for Historical Research. **Arab Studies Quarterly**, v. 12, n. 3/4, p. 55-82, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41857885>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021. 224 p. ISBN 6555411430.

HAN, Enze; O'MAHONEY, Joseph. *British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality: Queens, Crime and Empire*. 1. ed. **London: Routledge**, 2018. Disponível em: <https://www.routledge.com>. Acesso em: 16 mar. 2025.

JAFFE, James A. Layering law upon custom: the British in colonial West India. **FIU Law Review**, v. 10, p. 85-106, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.25148/lawrev.10.1.9>. Acesso em: 4 jun. 2025.

KIRBY, Michael. The sodomy offence: England's least lovely criminal law export? In: **Human Rights, Sexual Orientation And Gender Identity In The Commonwealth**. [S.l.]: [s.n.], 2020. p. 77-92. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv512st2.6>. Acesso em: 16 mar. 2025.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. A homossexualidade no continente africano: história, colonização e debates contemporâneos. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14270>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MENESES, Maria Paula G. **O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais**. *e-cadernos CES* [Online], n. 07, 2010. Publicado em: 01 mar. 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/403>. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.403>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MURRAY, Stephen O.; ROSCOE, Will; EPPRECHT, Marc. **Boy-Wives and Female Husbands: Studies in African Homosexualities**. 1. ed. Albany: State University of New York Press, 2021.

RODRIGUES, Paula Thaise. **Diversidade sexual e de gênero na tradição e pós-colonização africana: (re)existência e (des)criminalização da homossexualidade em Angola**. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277321>. Acesso em: 16 mar. 2025.

ROSS, Michael W.; WELLS, Alan L. The modernist fallacy in homosexual selection

theories: Homosexual and homosocial exaptation in South Asian society. **Psychology, Evolution & Gender**, v. 2, n. 3, p. 253-262, dez. 2000. Universidade do Texas, Houston.

SANDERS, Douglas E. 377 and the Unnatural Afterlife of British Colonialism in Asia. **Asian Journal of Comparative Law**, v. 4, n. 1, 2009. Artigo 7. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S2194607800000417>. Acesso em: 17/03/2025.

SHAH, Shanon. **The Malaysian dilemma: negotiating sexual diversity in a Muslim-majority Commonwealth state**. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (Org.). Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in The Commonwealth: Struggles for Decriminalisation and Change. 1. ed. London: School of Advanced Study, University of London, 2013. p. 261-285.

WILHELM, Amara Das. Titiya-Prakriti: **People of the Third Sex: Understanding Homosexuality, Transgender Identity and Intersex Conditions Through Hinduism**. 1. ed. Bloomington: Xlibris Corporation, 2004.

Repensando Políticas Externas Feministas a partir do Sul Global

Ana Gabriela de Castro Cordeiro¹⁴

Desde a adoção de uma política externa declaradamente feminista pela Suécia em 2014, diversos outros Estados passaram a abertamente associar suas políticas externas à pretensões de empregar uma visão transversal de gênero na sua atuação internacional. Apesar de as contribuições feministas ao pensamento das Relações Internacionais datar de muito antes, em um contexto de abertura às contribuições pós-positivistas, o campo dos estudos de Política Externa e Análise de Política Externa (APE) se manteve resistente a estas contribuições, assim como ao trabalho de teorias raciais e pós-coloniais. Assim, a adoção de Políticas Externas Feministas trás para a análise uma inescapável lente de gênero.

Tradicionalmente, a APE se ocupa de questões relativas à explicação de processos de tomada de decisão e adoção de uma política. Dessa forma, seu objetivo primordial pode ser compreendido por “explicar o comportamento de *policymakers* e entender a forma como políticas são formuladas para fortalecer o processo de tomada de decisão” (D’aoust e Châteauevert-Gagnon, 2022, p. 4). Apesar de se interessar pela motivação dos atores envolvidos na tomada de decisão, raramente os autores desse campo se preocuparam em racializar ou genderizar esses tomadores de decisão, mantendo-os como um sujeito universal puramente racional e movido pela maximização de resultados. Assim, não apenas o campo de APE se manteve deliberadamente cego às questões de gênero e raça, mas também escolheu ignorar como suas premissas e bases são atribuídas, constitutivas e reprodutoras de concepções de gênero (Achilleos-Sarll, 2018).

Para este ensaio, interessa questionar como os sujeitos são socialmente construídos através do discurso de análise de política externa, e busca entender como relações binárias, espelho de separações de masculinidade/feminilidade, definem e legitimam práticas e interações na Política Externa, em especial, como essas divisões se refletem nas relações com o Sul Global, e como podemos repensar essas relações a partir de um espaço de periferia. Entende-se que distinções de interno/externo, público/privado, Nacional/Internacional e Norte/Sul Globais são noções hierárquicas racializadas, genderizadas e sexualizadas, que produzem dimensões de externalidade e exclusão em oposição a um sujeito que se propõe universal, expurgando manifestações de alteridade em relação ao comportamento padrão.

¹⁴ Mestra em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Assistente acadêmica no grupo MaRIas USP.

Dessa forma, a adoção de uma política externa que se intitula “feminista” pode pressupor a incorporação das críticas do feminismo e do pós-colonialismo ao campo das Relações Internacionais e de Análise de Política Externa, inaugurando uma nova agenda de pesquisa, voltada para a análise dos efeitos de se adotar uma visão de gênero transversalmente em todos os níveis de uma política externa. Ainda que o campo de APE se mostrasse fechado às questões de gênero, na política mundial, a governança global abraçou cada vez mais medidas sensíveis ao gênero, além de agendas com ideias feministas desde o fim do século XX (D’Aoust e Châteauvert-Gagnon, 2022, p. 13).

Considerando o histórico de contribuições das teorias feministas ao campo das Relações Internacionais, pode-se presumir que a declaração de uma política externa feminista (PEF) representaria um novo paradigma no desenho e execução da atuação exterior de um Estado. Autoras como Aggestam e Rosamond (2016) inclusive chegaram a considerar que a adoção de uma Política Externa Feminista seria um movimento de repensamento ético da política externa, e que a adoção do termo “feminista” levaria a orientação da política externa de uma dimensão de *gender mainstreaming* para uma política mais disruptiva, que disputasse hierarquias de poder e instituições de gênero. No entanto, ativistas e intelectuais feministas, em especial aquelas alinhadas ao feminismo pós/decolonial, já criticam fortemente as PEFs, justamente questionando sua capacidade de perturbar as bases tradicionais da disciplina.

Para autoras como Clement e Thompson (2019), Achilleos-Sarll, Thomson, Haastrup, Färber, Cohn e Kirby (2023), as políticas externas feministas, nos moldes daquela apresentada pela Suécia, não engajam suficientemente com interseções de marginalizações e discriminações políticas, como raça, classe, etnicidade, deficiências e *status* de refúgio. Ao mesmo tempo, Robinson (2019) aponta que a definição de uma PEF fica situada em tensão com as oposições binárias de gênero, uma vez que “ao mesmo tempo que é ética e ‘branda’ [soft], e por isso feminina, é simultaneamente protetora e paternal - e por isso masculina”. A autora ainda ressalta o caráter fluido dessas construções, sendo constantemente escritas e reescritas, construídas e reconstruídas através de articulação discursiva.

Assim, apesar de as Políticas Externas Feministas trazerem à tona um vocabulário de igualdade de gênero, tradicionalmente, estas políticas têm sido marcadas por reprodução de relações dicotômicas e ordenamentos hierárquicos, propondo a existência imaginada de uma modernidade desenvolvida em termos de gênero (um “nós” que aplica a PEF) e um “outro” a quem estas características estão em falta. Além disso, mantém o Estado e suas instituições como atores centrais, em relações fortemente parentais; não considera relações imbricadas ao gênero, como raça e colonialidade; e tem aspirações cosmopolitas e universalistas, na medida

em que se propõe um modelo e metodologia de aplicação replicáveis. A partir destas características, também se reflete a reprodução de processos de igualdade de gênero pensados para contextos e realidades específicas do Norte Global, e a mobilização de vocabulário de direitos das mulheres, criando a aparência de promoção de igualdade de gênero sem ações efetivas nessa direção.

Com uma literatura crescente, a área de análise de Política Externa Feminista tem caráter fortemente normativo, focada em entender como uma abordagem feminista à formulação de política externa *deveria* ou *poderia* ser, idealmente, no entanto, o significado do termo Política Externa Feminista segue em disputa. O que se pode delinear de aspectos comuns a todas as PEFs é um enfoque em direitos das mulheres e liderança feminina, além de um claro compromisso com tratados de direitos humanos já existentes (Thomson, 2022). Ademais, ressalta-se a atenção para questões de empoderamento econômico e um movimento de despolitização e cooptação do discurso feminista.

Apesar de ser um movimento iniciado no Norte Global, as Políticas Externas Feministas têm sido cada vez mais implementadas em países do Sul - como Chile, México, Colômbia, Líbia, Argentina e Mongólia - em contextos sócio-culturais e econômicos muitíssimo divergentes. Nesse ponto, é importante que a implementação destas políticas seja repensada para os contextos do Sul, de forma a serem verdadeiramente disruptivas dos padrões de gênero. Para Sepúlveda (2021), é necessário que o Sul Global realize uma profunda revisão de quais normas e práticas está incorporando e promovendo internacionalmente.

Para Claudia Korol, na região da Abya Yala¹⁵ especificamente, o feminismo não representa mais o “sonho de poucas” (2019, s/p), mas ao ter contato com as tensões do colonialismo e de diferentes territorialidades se tornou um movimento revolucionário que tem a função de

[...] reconhecer, visibilizar e entrelaçar as múltiplas identidades culturais, ancestrais, de povos e nações originárias, as diferentes corporalidades sexo-genéricas, a pluralidade de existências que se rebelam frente ao sistema de dominação heteropatriarcal (Korol, 2019, s/p).

Na América Latina, por exemplo, segundo Sepúlveda (2021), a mobilização do movimento feminista é essencial para estabelecer quais são as urgências e demandas que

¹⁵ O termo Abya Yala vem sendo utilizado em um sentido político por organizações de povos originários da região das Américas em contraponto à utilização do nome do colonizador Américo Vespúcio para denominar o continente. A opção por se referir ao continente desta forma é parte de um esforço de descolonização do pensamento político e combater a generalização eurocêntrica dos povos originários da região, “indicando assim a presença de outro sujeito enunciator de discurso até aqui calado e subalternizado em termos políticos” (Porto-Gonçalves, 2009. s/p).

devem ser buscadas nas oportunidades de políticas públicas. Além disso, permite diferentes diagnósticos, estratégias e soluções para diferentes questões, inclusive aquelas que ainda não foram enquadradas como problemas políticos.

A promoção de uma Política Externa Feminista a partir do Sul Global deve, então, passar pelo reconhecimento das heranças do colonialismo e das relações entre múltiplas culturas, raças e povos, incorporando as realidades do Sul em uma lógica de agência, e não de receptora de mudanças. Impulsionar tal reorientação de escopo das PEFs age no sentido de validar o Sul Global como produtor de conhecimento legítimo, além de capaz de implementar políticas públicas normativas culturalmente compatíveis. Isso também significa ressaltar quais agendas estão sendo promovidas a nível estatal e quais silêncios estão sendo reproduzidos por elas.

Com um maior envolvimento de ativistas feministas no delineamento e formulação de Políticas Externas Feministas e contextos internos favoráveis às demandas de movimentos sociais, observa-se a tendência de que os textos das PEFs consigam incorporar pequenas e graduais mudanças de escopo, fugindo aos poucos das metodologias pensadas para o Norte. Apesar de as políticas externas feministas não cumprirem com as aspirações revolucionárias como o feminismo enquanto movimento social, e não questionarem o *status quo* de ordenamentos hierárquicos estatais, o redirecionamento de escopo, pensando essas políticas desde um espaço multicultural e imbricado, respeitando as realidades do Sul, promove janelas de transformação através de suas adoções.

Se, por um lado, as políticas externas se consolidaram como discursos normativos ou uma sinalização de que um Estado está alinhado às normas internacionais de gênero, por outro, trouxeram a dimensão de gênero para o debate de alta política e política externa, abrindo espaço para uma progressiva transformação social. Nesse sentido, a adoção de políticas externas feministas no Sul Global, desde que não seja uma assimilação passiva de normas difundidas desde o Norte, mas incluindo dimensões da realidade e dos feminismos locais, têm a oportunidade de não reproduzir ou reforçar disparidades de poder global, ampliando estas janelas de transformação.

Referências:

ACHILLEOS-SARLL, Columba. Reconceptualising Foreign Policy as Gendered, Sexualised and Racialised: Towards a Postcolonial Feminist Foreign Policy (Analysis). **Journal of International Women's Studies**, 19(1), 34-49. 2018. Disponível em: <<https://vc.bridgew.edu/jiws/vol19/iss1/4>>

ACHILLEOS-SARLL, Columba; THOMSON, Jennifer; HAASTRUP, Toni; FÄRBER, Karoline; COHN, Carol; KIRBY, Paul. The Past, Present, and Future(s) of Feminist Foreign Policy, **International Studies Review**, Volume 25, Issue 1. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/isr/viac068>>

AGGESTAM, Karin; BERGMAN-ROSAMOND, Annika. Swedish Feminist Foreign Policy in the Making: Ethics, Politics, and Gender. **Ethics & International Affairs**, v. 30, n. 3, p. 323-334. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0892679416000241>>

AGUIAR, Bruna Soares de. **América Latina e a Política Externa Feminista**. Latioamérica21. 2023. Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/br/america-latina-e-a-politica-externa-feminista/>>

CHILE, Ministério de Relaciones Exteriores de Chile. **Política Exterior Feminista**. 2023. Disponível em: <<https://politicaexteriorfeminista.minrel.gob.cl/inicio>>

D'AOUST, Anne-Marie e CHÂTEAUVERT-GAGNON, Béatrice. "Feminist Perspectives on Foreign Policy." **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. December 21, 2022. Oxford University Press.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.

KOROL, Claudia. **El encuentro Plurinacional y de las dissidências: el feminismo desencubriendo el Abya Yala**, 3 out. 2024. Comité para la abolición de las deudas ilegítimas. Disponível em: <<https://www.cadtm.org/El-Encuentro-Plurinacional-y-de-las-disidencias-el-feminismo-desencubriendo-el>>. Acesso em 14 jul. 2024.

LUGONES, Maria. "Towards a decolonial feminism", **Hypatia**, 25(4), p.742-759, 2010

ROBINSON, Fiona. Feminist foreign policy as ethical foreign policy? A care ethics perspective. **Journal of International Political Theory**, 17(1), 20–37. 2021. <https://doi.org/10.1177/1755088219828768>

SEPÚLVEDA, Daniela. "Política exterior feminista: el próximo emprendimiento normativo de América Latina", **Análisis Carolina**, nº 34, Madrid, Fundación Carolina. 2021

SHEPHERD, Laura J. (ed.). **Gender Matters in World Politics: a feminist introduction to International Relations**. New York: Routledge, 2010.

SOUZA; BARASUOL; ZANELLA (org). **Feminismo, gênero e relações internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

THOMSON, Jennifer. What's Feminist about Feminist Foreign Policy? Sweden's and Canada's Foreign Policy Agendas. **International Studies Perspectives**. (2020) 0, 1–14. doi: 10.1093/isp/ekz032

THOMSON, Jennifer. Gender norms, global hierarchies and the evolution of feminist foreign policy. **European Journal of Politics and Gender**. (2022) 173-190.
<https://doi.org/10.1332/251510821X16354220233761>

VELASCO, Ana. OYE COMO VA: FEMINIST FOREIGN POLICY IN LATIN AMERICA. **The duck of minerva**. 2023. Disponível em: <<https://www.duckofminerva.com/2023/05/oye-como-va-feminist-foreign-policy-in-latin-america.html>> acesso em 08 mai. 2023.